

	PREFEITURA DE ITAJAÍ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001 CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47	
---	--	---

ATA Nº 166 DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DÉCIMO TERCEIRO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI – EXERCÍCIO DE 2026 – Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas, na sede do Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, reuniu-se ordinariamente o Décimo Terceiro Conselho Fiscal, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 13/2001 e do Regimento Interno do Conselho Fiscal, sob a presidência da Conselheira Eliane dos Santos Carvalho, com a presença dos Conselheiros Adriana Espezim Schlogl, Edlia Farias Klever, Elisangela dos Santos Carvalho Padilha, Geliandra Pereira Johannsen, Jessica Goetsch de Queiroz Veríssimo (na modalidade virtual), Jucilene Zuraide de Melo Nagel, Larissa Munzfeld Berci e Valdirene Gonçalves de Sousa Silva. Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente declarou aberta a sessão. **I – ORDEM DO DIA** Procedeu-se, inicialmente, à leitura da Ata nº 165, referente à reunião ordinária anterior, a qual foi submetida à apreciação do Colegiado e aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Na sequência, o Conselho Fiscal registrou o recebimento, para fins de análise, fiscalização e controle, da documentação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de investimentos referente às competências maio e junho de 2026, compreendendo os Balancetes de Verificação Analítico por Fonte de Recurso das respectivas competências; os Demonstrativos de Receitas e Aportes; os Demonstrativos de Despesas Liquidadas; os Demonstrativos de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário – FPREV, do Fundo Financeiro – FFIN e da Taxa de Administração; o Relatório Detalhado do Limite da Taxa de Administração; os Relatórios de Gestão de Investimentos referentes aos meses de maio e junho de 2026; as Atas nº 139 e nº 140/2026 do Comitê de Investimentos, referentes, respectivamente, à análise dos investimentos das competências maio e junho de 2026; bem como os demais demonstrativos e documentos complementares disponibilizados pela Administração do Instituto para fins de acompanhamento, fiscalização e controle pelo Conselho Fiscal. **II – DA ANÁLISE DAS CONTAS** - Após exame da documentação apresentada e do cruzamento das informações constantes dos demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e de investimentos disponibilizados pela Administração do Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, o Conselho Fiscal procedeu à análise das contas referentes às competências maio e junho de 2026, em observância às atribuições fiscalizatórias previstas na Lei Complementar Municipal nº 13/2001



e no Regimento Interno deste Colegiado. Quanto à competência maio de 2026, da análise do Balancete de Verificação Analítico por Fonte de Recurso, verificou-se que o Instituto apresentou Ativo Total de R\$ 2.272.562.448,07, ante R\$ 2.236.284.654,52 no saldo anterior, evidenciando incremento patrimonial no período. Os registros examinados mantiveram a segregação contábil dos recursos e obrigações vinculados ao Fundo Financeiro – FFIN, ao Fundo Previdenciário – FPREV e à Taxa de Administração, não tendo sido identificadas, no exame realizado, inconsistências materiais entre os registros contábeis e os demonstrativos apresentados. No Fundo Financeiro – FFIN, as receitas totais acumuladas até maio de 2026 alcançaram R\$ 81.558.448,70, sendo R\$ 15.025.988,19 correspondentes aos aportes para cobertura da insuficiência financeira no mês de maio. As despesas previdenciárias acumuladas totalizaram R\$ 80.653.288,41, tendo sido apurado resultado previdenciário positivo acumulado de R\$ 905.160,29. Especificamente na competência maio, as receitas totalizaram R\$ 16.947.395,63, as despesas liquidadas R\$ 16.668.025,70, resultando em resultado previdenciário positivo de R\$ 279.369,93. Em relação ao Fundo Previdenciário – FPREV, verificou-se que as receitas acumuladas até maio alcançaram R\$ 122.970.333,73, enquanto as despesas previdenciárias acumuladas totalizaram R\$ 14.181.728,12, resultando em resultado previdenciário positivo acumulado de R\$ 108.788.605,61. Na competência maio, especificamente, foram registradas receitas de R\$ 47.019.404,09 e despesas de R\$ 2.965.429,13, resultando em resultado previdenciário positivo de R\$ 44.053.974,96. Quanto à Taxa de Administração, foram examinadas as receitas e despesas administrativas e o Relatório Detalhado do Limite da Taxa de Administração. Na competência maio, as despesas administrativas liquidadas totalizaram R\$ 682.417,36, mantendo-se o acompanhamento do limite legal aplicável ao exercício. O relatório demonstra, ainda, a metodologia de apuração do limite da Taxa de Administração para 2026, considerando os percentuais de 2,40% e o adicional de 0,48%, conforme a documentação apresentada ao Colegiado. No âmbito dos investimentos, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão de Investimentos referente a maio de 2026 e a documentação produzida pelo Comitê de Investimentos. A carteira apresentou, ao final da competência, patrimônio de R\$ 2.265.599.689,92, frente a R\$ 2.228.409.780,27 em abril, mantendo predominância de Títulos Públicos na Curva, que representavam 59,95% da carteira, seguidos por ativos de renda fixa e fundos de renda fixa. Quanto ao desempenho, a carteira apresentou rentabilidade de 0,86% em maio, enquanto a meta atuarial mensal foi de 1,06%, correspondendo a 81% da meta no período. No acumulado do exercício até maio, a carteira apresentou rentabilidade de 5,14%, diante de meta atuarial acumulada de 5,68%. O Conselho Fiscal registrou o resultado para fins de acompanhamento, considerando que a avaliação da gestão dos investimentos deve



observar conjuntamente rentabilidade, risco, liquidez, aderência à Política de Investimentos e enquadramento da carteira. Quanto à competência junho de 2026, o Balancete de Verificação Analítico por Fonte de Recurso registrou Ativo Total de R\$ 2.298.267.271,55, ante R\$ 2.272.562.448,07 no mês anterior, representando acréscimo patrimonial de R\$ 25.704.823,48 no período. O Ativo Circulante passou de R\$ 908.368.679,89 para R\$ 920.343.459,73, mantendo-se a estrutura de segregação dos recursos previdenciários e administrativos. No Fundo Financeiro – FFIN, as receitas totais acumuladas até junho alcançaram R\$ 106.578.855,03, incluindo R\$ 23.129.996,03 de aportes para cobertura da insuficiência financeira na competência. As despesas previdenciárias acumuladas totalizaram R\$ 105.739.394,03, resultando em resultado previdenciário acumulado de R\$ 839.461,00. Na competência junho, as receitas totalizaram R\$ 25.020.406,33, enquanto as despesas liquidadas alcançaram R\$ 25.086.105,62, produzindo resultado previdenciário negativo de R\$ 65.699,29 no mês. O Conselho registrou o resultado pontual para fins de acompanhamento da evolução financeira do plano, especialmente diante do aumento das despesas previdenciárias registrado na competência. No Fundo Previdenciário – FPREV, as receitas acumuladas até junho totalizaram R\$ 138.938.389,04, enquanto as despesas previdenciárias acumuladas alcançaram R\$ 18.635.171,84, resultando em resultado previdenciário positivo acumulado de R\$ 120.303.217,20. Especificamente em junho, foram registradas receitas de R\$ 15.968.055,31 e despesas de R\$ 4.453.443,72, resultando em resultado previdenciário positivo de R\$ 11.514.611,59. No tocante à Taxa de Administração, verificou-se que as despesas administrativas liquidadas na competência junho totalizaram R\$ 825.051,49, enquanto o resultado da administração do RPPS no mês foi de R\$ 645.528,67. No acumulado do exercício, as despesas administrativas alcançaram R\$ 4.067.893,77, com resultado acumulado da Administração de R\$ 4.642.020,06, conforme o demonstrativo apresentado. No âmbito da gestão dos investimentos, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão de Investimentos referente a junho de 2026, em conjunto com a documentação do Comitê de Investimentos. A carteira encerrou a competência com patrimônio de R\$ 2.291.321.455,65, ante R\$ 2.265.599.689,92 em maio, mantendo sua diversificação entre títulos públicos federais, ativos de renda fixa, fundos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, fundos de participações e demais segmentos autorizados. A rentabilidade da carteira em junho foi de 0,71%, superando a meta atuarial mensal de 0,64%, correspondendo a 111% da meta no período. No acumulado do exercício, a carteira atingiu 5,89%, enquanto a meta atuarial acumulada alcançou 6,35%. O Conselho Fiscal também examinou as movimentações registradas nos Relatórios de Investimentos e as deliberações constantes das atas do Comitê de Investimentos correspondentes às competências analisadas,



verificando o acompanhamento do cenário macroeconômico, da composição e desempenho da carteira, dos riscos, da liquidez e das estratégias de alocação. Os documentos examinados registram como parâmetros de atuação a rentabilidade, o risco, a liquidez, a aderência à Política de Investimentos de 2026 e o atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Da análise conjunta das competências maio e junho de 2026, o Conselho Fiscal verificou a evolução do patrimônio do Instituto, a regularidade dos registros contábeis examinados, o comportamento das receitas e despesas dos Fundos FPREV e FFIN, a utilização dos recursos destinados à Taxa de Administração e a evolução da carteira de investimentos. Registrou-se, para fins de acompanhamento, que o FFIN apresentou resultado positivo em maio e resultado negativo em junho, enquanto o FPREV manteve resultados previdenciários positivos nas duas competências. No âmbito dos investimentos, observou-se rentabilidade inferior à meta atuarial em maio e superior à meta em junho, circunstâncias que foram consideradas pelo Colegiado na avaliação conjunta da gestão dos recursos previdenciários. Diante do exame dos documentos disponibilizados e das informações neles consignadas, o Conselho Fiscal deliberou, por pela aprovação das contas referentes às competências maio e junho de 2026. **V – ASSUNTOS GERAIS - O** Colegiado deliberou, por votação, pela participação das Conselheiras indicadas nos eventos, nos termos a serem oportunamente formalizados junto ao Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, conforme a disponibilidade e os procedimentos administrativos pertinentes. Para o 24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência, foram indicadas as Conselheiras Larissa Munzfeld Berci e Geliandra Pereira Johannsen. Para o 14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, foram indicadas as Conselheiras Eliane dos Santos Carvalho, Valdirene Gonçalves de Sousa Silva e Lariza Alves dos Santos. Registrou que a participação nos referidos eventos possui pertinência direta com as atribuições do Colegiado, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico de seus membros e para o fortalecimento das atividades de fiscalização, controle e acompanhamento da gestão previdenciária, em consonância com as diretrizes de qualificação previstas no Programa Pró-Gestão RPPS. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Elisangela dos Santos Carvalho Padilha, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, segue assinada pelos Conselheiros presentes.

Eliane dos Santos Carvalho

Presidente

Geliandra Pereira Johannsen

Suplente do(a) Presidente



Elisangela dos S .C. Padilha
1ºsecretaria

Lariza Alves dos Santos
Suplente 1ºsecretaria

Valdirene Gonçalves de Sousa Silva
2ºsecretaria

Jucilene Zuraide de Melo Nagel
Suplente 2ºsecretaria

Jessica Goetsch de Queiroz Veríssimo
Representante Governamental-Titular

Alessandra Hilda da Silva
Representante Governamental-Suplente

Edlia Farias Klever
Representante Governamental-Titular

Larissa Munzfeld Berci
Representante Governamental-Suplente

Adriana Espezim Schlogl
Representante Governamental-Titular

Luis Fernando da Silva
Representante Governamental-Suplente

